

MARRINER ECCLES, um homem muito à frente do seu tempo (anos 30) e do nosso também



"A good many people believe Marriner Eccles is the only thing standing between the United States and disaster." - TIME Magazine, 1936

Seleção e tradução de Júlio Marques Mota

30m de leitura

2. Textos Gerais de Marriner Eccles

2.1. Testemunho de Marriner Eccles no Congresso em 24 de Fevereiro de 1933

Audições perante o Comité de Finanças do Senado dos Estados Unidos (ver [aqui](#))

72º Congresso

Segunda Sessão

Senate Resolution 315

Autorizando e ordenando ao Comité de Finanças para fazer uma investigação e estudo dos actuais problemas económicos dos Estados Unidos com vista a obter sugestões construtivas relativamente à solução de tais problemas

Comité de Finanças:

Reed Smoot, Utah, Presidente	
James E. Watson, Indiana	Pat Harrison, Mississippi
David A. Reed, Pennsylvania	William H. King, Utah
Samuel M. Shortridge, California	Walter F. George, Georgia
James Couzens, Michigan	David. I. Walsh, Massachusetts
Henry W. Keyes, New Hampshire	Alben W. Barkley, Kentucky
Hiram Bingham, Connecticut	Tom Connally, Texas
Robert M. La Follette Jr., Wisconsin	Thomas P. Gore, Oklahoma
John Thomas, Idaho	Edward P. Costigan, Colorado
Jesse H. Metcalf, Rhode Island	Cordell Hull, Tennessee
Daniel O. Hastings, Delaware	

Testemunho de Marriner Eccles, Presidente da First Security Corporation, Ogden, Utah (págs. 703)

Presidente. Senhor Eccles dê-nos o seu nome e morada para registo.

Sr. ECCLES. Marriner Eccles, Ogden, Utah.

Presidente: Tem interesses em instituições bancárias não apenas no Utah mas também em Idaho?

Sr. ECCLES. Sim.

Presidente. Pode começar, Sr. Eccles.

Sr. ECCLES. Deixem-me dizer desde já que não a estou a apresentar-me como representante de nenhuma classe ou grupo. Também não estou a sugerir medidas destinadas a ajudar a minha região do nosso país à custa de qualquer outra região. As ideias que apresentarei não foram obtidas através de contacto ou interesses em qualquer linha de ocupação privada ou pública. Acontece que tenho interesses nos seguintes negócios:

Presidente da First Security Corporation, proprietária e operadora de 26 bancos e 1 sociedade fiduciária nos principais pontos de Utah e também de Idaho, todos no território comercial da sucursal da Reserva Federal de Salt Lake. Recursos totais de aproximadamente \$50.000.000. Nenhum destes bancos está a pedir dinheiro emprestado à Reconstruction Finance Corporation. A organização tem passado pelos efeitos de numerosas e importantes falências bancárias nas mesmas comunidades em que opera.

Vice-presidente e tesoureiro da Amalgamated Sugar Co., uma das grandes companhias de açúcar de beterraba dos Estados Unidos, produziu no ano passado 2.000.000 de sacos de açúcar.

Presidente da Sego Milk Products Co., envolvida na produção de leite evaporado, manteiga, queijo e gelado com fábricas nos estados de Utah, Idaho e Califórnia.

Presidente da Utah Construction Co., em grande parte envolvida na construção de caminhos-de-ferro, autoestradas e barragens, e uma das seis empresas que construíram a Barragem de Boulder.

Presidente da Stoddard Lumber Co., uma empresa de transformação de madeira de pinho no leste do Oregon, produzindo normalmente 30.000.000 pés por ano.

Diretor de 2 cadeias de comércio a retalho - a Anderson Lumber Co., proprietária e operadora de 14 estaleiros de madeira a retalho no norte de Utah e sul de Idaho; a Mountain States Implement Co., proprietária e operadora de um armazém grossista em Ogden e 10 lojas a retalho no norte de Utah e sul de Idaho.

Membro do Comité de Executivo de Ajuda do governador.

Director da filial de Salt Lake da Reconstruction Finance Corporation.

Menciono estes contactos apenas para rejeitar qualquer suposição de que as minhas opiniões se baseiam apenas em questões teóricas. Estou, no entanto, sem experiência política, nunca tendo ocupado um cargo político. Nem a minha política está inteiramente livre de manchas, uma vez que sou um dos muitos que no Outono passado se afastaram do seio [do partido] Republicano, embora com algumas reticências, porque senti que a liderança republicana não tinha agido com compreensão e coragem suficientes para remediar os males de que agora sofremos.

As medidas propostas por mim, embora mais abrangentes do que têm sido utilizadas até à data, baseiam-se em finanças públicas sólidas. Também não envolvem qualquer medida de inflação de produtos populares. Acredito que a adoção de qualquer uma das minhas sugestões ou de todas elas não enfraqueceria em nenhum grau o nosso sistema de padrão de ouro ou desvalorizaria o nosso dólar face ao ouro. Agora, já não tenho tanta certeza, já que preparei este artigo há uma semana, devido aos desenvolvimentos dos últimos dias. Estes estão, é claro, a mudar a situação relativamente ao nosso padrão de ouro, penso que muito, muito rapidamente. Penso que há uma boa quantidade de açambarcamento de ouro. E, claro, com o aumento da acumulação de moeda significa que 40% dessa quantidade deve ser reservada em ouro e torna-se inútil no que diz respeito ao seu valor no nosso sistema monetário.

PRESIDENTE. Suponho que sabe que houve acumulação de ouro com base na sua própria experiência.

Sr. ECCLES. Sim. Mas sobretudo por rumores.

Pelo contrário, estou firmemente convencido de que estas medidas iriam proteger e reforçar o bom dinheiro deste país e o seu padrão de ouro. As propostas que ofereço destinam-se todas a provocar, por acção governamental, um aumento do poder de compra por parte de todo o povo, resultando num volume imediato e crescente em todos os ramos de atividade com a consequente diminuição do desemprego e das dificuldades e o restabelecimento gradual do nosso rendimento nacional. Quando isto for conseguido, e não antes, poderá o Governo esperar equilibrar o seu Orçamento e o nosso povo recuperar o nível de vida a que a riqueza material deste país lhe dá direito.

Antes de se poder tomar medidas eficazes para travar os efeitos devastadores da depressão, há que reconhecer que a rutura do nosso atual sistema económico se deve ao fracasso da nossa liderança política e financeira em lidar inteligentemente com o problema do dinheiro. No mundo real, não há causa nem razão para o desemprego, com a consequente miséria e sofrimento de um terço de toda a nossa população. Temos toda e mais da riqueza material que tínhamos no auge da nossa prosperidade no ano de 1929. O nosso povo precisa e quer tudo o que as nossas abundantes instalações e recursos são capazes de lhes proporcionar. O problema da produção foi resolvido, e não precisamos de mais acumulação de capital para o presente, que só poderia ser utilizado para aumentar ainda mais as nossas instalações produtivas ou alargar mais os créditos estrangeiros. Temos uma estrutura económica completa capaz de fornecer uma superabundância não só de todas as necessidades do nosso povo, mas também do conforto e de produtos e serviços mais diferenciados. O nosso problema, portanto, torna-se meramente um problema de distribuição. Isto só pode ser conseguido através de um poder de compra suficientemente adequado para permitir ao povo obter os bens de consumo que nós, como nação, somos capazes de produzir. O sistema económico não pode servir nenhum outro propósito e esperar com isso sobreviver.

Se o nosso problema é então o resultado do não funcionamento adequado do nosso sistema monetário, o que hoje em dia é geralmente reconhecido, devemos então recorrer à consideração das medidas corretivas necessárias a serem tomadas nesse campo; caso contrário, só podemos esperar afundar-nos ainda mais no nosso dilema e angústia, com uma possível revolução, com a desintegração social, com o mundo em ruínas, com a rede das suas obrigações financeiras em pedaços, com a própria base da lei e da ordem estilhaçada. Sob tal condição, nada mais é possível do que uma sociedade primitiva. Difícil e lento seria então o processo de reconstrução, e só então poderia ser realizado na base de um novo sistema político, económico e social. Porquê arriscar uma tal catástrofe quando ela pode ser evitada por medidas agressivas na direção certa por parte do Governo?

Os nossos dirigentes políticos levaram demasiado tempo a tentar lidar inteligentemente com os nossos problemas, o que só pode ser enfrentado pela ação corajosa e forte do governo, juntamente com o apoio desinteressado, inteligente e cooperativo dos nossos dirigentes empresariais e financeiros, todo o esforço a ser estabelecido no interesse de todo o nosso povo. Na

confusão louca e no medo causado pela nossa atual economia desordenada, precisamos mais do que em qualquer outro momento da nossa história de liderança corajosa e forte, pela razão de que a nossa evolução industrial tornou necessária uma nova filosofia económica, um novo ponto de vista empresarial e mudanças fundamentais no nosso sistema social. A economia do século XIX já não servirá o nosso propósito - uma era económica de 150 anos chegou ao fim. O sistema capitalista ortodoxo do individualismo descontrolado, com a sua livre concorrência, deixará de servir o nosso propósito. Devemos pensar em termos da era da máquina científica, tecnológica e interdependente, que só pode sobreviver e funcionar sob um sistema capitalista modificado controlado e regulado a partir do topo pelo governo.

O que eu disse poderia sem dúvida ser considerado académico, a menos que a sua discussão revele algumas propostas construtivas específicas para a solução dos nossos problemas imediatos, que exigem agora medidas de primeiros socorros devido ao facto de os que têm autoridade não terem agido mais cedo. Antes de apresentar e explicar em detalhe aquilo a que chamarei um "programa de cinco pontos", é pertinente considerar o funcionamento do nosso mundo do dinheiro, como este deixou de ser um servidor no nosso mundo real e, em vez disso, é o nosso tirano e mestre.

O dinheiro não tem qualquer utilidade ou valor económico, excepto para servir como meio de troca. A inflação e a deflação são expressas no aumento e na diminuição do poder de compra do dinheiro, de que falamos como um dólar barato ou um dólar caro, de acordo com o que com ele se pode comprar. Atualmente, o nosso dólar é demasiado valioso medido em termos de bens e serviços, ou, inversamente, os bens e serviços são demasiado baratos medidos em dólares. Não fosse a nossa estrutura de endividamento, o dólar flutuante e instável não iria causar tal caos no nosso sistema económico. A nossa estrutura de dívida e crédito é o próprio fundamento da nossa sociedade capitalista e o nosso dólar instável resulta numa grande medida do funcionamento descontrolado deste sistema.

Poderíamos fazer negócio com base em qualquer valor em dólares desde que tivéssemos um equilíbrio razoável entre o valor de todos os bens e serviços se não fosse pela estrutura da dívida. A estrutura da dívida tem as suas atuais proporções astronómicas devido a uma distribuição desequilibrada da produção de riqueza, medida em poder de compra durante os nossos anos de prosperidade. Demasiada proporção do produto do trabalho foi desviada para

bens de capital, e como resultado o que parecia ser a nossa prosperidade foi mantido numa base de crédito anormal, tanto no país como no estrangeiro. Chegou o momento em que parecíamos atingir um ponto de saturação na estrutura de crédito onde, em geral, o crédito adicional já não estava disponível, com o resultado de que os devedores eram obrigados a reduzir o seu consumo, num esforço para criar uma margem a aplicar sobre a redução das dívidas. Isto reduziu naturalmente a procura de bens de todos os tipos, provocando o que parecia ser sobreprodução, mas o que na realidade era um subconsumo medido em termos do mundo real e não do mundo do dinheiro. Isto provocou naturalmente uma queda nos preços e desemprego. O desemprego diminuiu ainda mais o consumo de bens, o que aumentou ainda mais o desemprego, provocando assim um declínio contínuo dos preços. Os ganhos começaram a desaparecer, exigindo economias de todos os tipos - reduções nos retribuições, salários e tempo dos empregados.

E assim o ciclo vicioso da deflação continuou até que, após quase quatro anos, encontramos um terço de toda a nossa população ativa desempregada, com os preços de tudo muito reduzidos, produtos brutos de todos os tipos a venderem-se a um nível baixo sem precedentes; o nosso rendimento nacional foi reduzido em 50% com o peso agregado da dívida maior do que nunca, não em dólares mas medido pelos valores atuais que representam a capacidade de pagamento; encargos fixos, tais como impostos, tarifas de caminho-de-ferro e de serviços públicos, encargos com seguros e juros próximos do nível de 1929 e exigindo uma tal parcela do rendimento nacional para os satisfazer que o montante deixado para os bens de consumo não é suficiente para sustentar a populações.

Senador WALSH de Massachusetts. Esta é uma boa declaração.

Sr. ECCLES. Como resultado desta pressão, ouvimos pedidos de aumento das poupanças em todos os domínios, tanto públicos como privados, que só podem contribuir para mais dificuldades e desemprego e menos poder de compra. A estrutura da dívida, apesar da grande quantidade de liquidação durante os últimos três anos, está a tornar-se rapidamente insuportável, com o resultado de execuções hipotecárias, liquidações e falências estarem a aumentar em todos os campos; os impostos não pagos estão a aumentar e a forçar o encerramento de escolas, quebrando assim o nosso sistema educativo e recorre-se a todo o tipo de moratórias - tudo isto resultando numa quebra constante e gradual de toda a nossa estrutura de crédito, o que só pode

trazer mais dificuldades, medo, rebelião e caos. Indivíduos, empresas, cidades e Estados não podem, por si sós, fazer nada, exceto atuar de acordo com as regras do atual sistema monetário e fazer com que as suas despesas se equilibrem com os seus rendimentos, ou, então, "falirem". A maioria deles é incapaz, por muito que deseje, de considerar ajudar a situação geral, exceto se podem influenciar a ação do Governo Federal, que se encontra numa categoria completamente diferente, sendo capaz de fazer e alterar as regras do jogo.

O Governo controla as reservas de ouro, o poder de emitir dinheiro e crédito, regulamentando assim em grande parte a estrutura de preços. Através do seu poder de tributação, pode controlar a acumulação e distribuição da produção de riqueza. Pode mobilizar os recursos da Nação em benefício do seu povo. Como exemplo de controlo e funcionamento do sistema económico pelo Governo, olhem para o período da guerra, altura em que, sob a direção do Governo, fomos capazes de produzir o suficiente e apoiar não só toda a nossa população civil num nível de vida muito superior ao atual, mas também um imenso exército dos nossos trabalhadores mais produtivos que estavam envolvidos no negócio dos parasitas de guerra no sistema económico, consumindo e destruindo grandes quantidades produzidas pela nossa população civil; também fornecemos aos aliados um fluxo infinito de materiais de guerra e bens de consumo de todos os tipos. Parecia que estávamos enriquecidos com o desperdício e destruição da guerra. Certamente não estávamos empobrecidos, porque não consumíamos nem desperdiçávamos, exceto o que produzíamos. De facto, consumimos e desperdiçámos menos do que produzimos, como o demonstram a expansão das nossas fábricas e instalações durante a guerra e os bens que fornecemos aos nossos aliados. A dívida contraída pelo Governo durante a guerra representa o lucro que se acumulou para certas parcelas da nossa população através do funcionamento do nosso sistema económico. Nenhuma dívida do Governo teria sido necessária e nenhuma grande inflação de preços teria resultado se tivéssemos canalizado para o Tesouro Federal através da tributação, todos os lucros e poupanças acumulados durante a guerra;

Senador WALSH, de Massachusetts: Outra boa declaração.

Sr. ECCLES. ... nesse caso, não teria sido necessário utilizar o crédito governamental para abastecer os nossos aliados com o fluxo infinito de bens

que lhes fornecemos e não estaríamos agora preocupados com o problema das vexações da dívida interaliados.

Porque foi que durante a guerra, quando não havia depressão, não insistimos em equilibrar o Orçamento através de uma tributação suficiente dos nossos rendimentos excedentários, em vez de utilizarmos o crédito do Governo no montante de 27 mil milhões de dólares? Porque não ouvimos falar da necessidade de equilibrar o Orçamento Federal para manter o crédito do Governo quando tínhamos um défice de \$9 mil milhões em 1918 e de \$13 mil milhões em 1919? Por que razão não havia desemprego nessa altura e uma quantidade de dinheiro insuficiente como meio de troca? Como foi que com menos mil milhões de ouro do que temos agora não estávamos preocupados com o nosso sistema padrão de ouro?

Senador WALSH de Massachusetts. Porque nós lidámos com vidas humanas e não com o dinheiro.

Sr. ECCLES. É isso mesmo. Como foi assim que durante o período de prosperidade após a guerra fomos capazes, apesar do que se chama a nossa extravagância - que não foi de todo extravagância; poupámos demasiado e consumimos demasiado pouco - como é que conseguimos equilibrar um Orçamento anual de 4 mil milhões de dólares, pagar dez mil milhões da dívida do Governo, fazer quatro grandes reduções nas nossas taxas de imposto sobre o rendimento (caso contrário, toda a dívida do Governo teria sido paga), estender o crédito de 10 mil milhões de dólares a países estrangeiros representados pela nossa produção excedentária que enviámos para o estrangeiro, e acrescentar aproximadamente 100 mil milhões de dólares por acumulação de capital à nossa riqueza nacional, representada por fábricas, equipamentos, edifícios, e construções de todo o tipo? À luz deste registo, será consistente para a nossa liderança política e financeira exigir neste momento um Orçamento equilibrado através da criação de um imposto geral sobre as vendas, reduzindo ainda mais o poder de compra do nosso povo? Será necessário conservar o crédito do Governo ao ponto de proporcionar uma existência de fome a milhões do nosso povo, numa terra de superabundância? Será a procura universal da economia do Governo consistente neste momento? Será a atual falta de confiança devida a um Orçamento desequilibrado?

O que interessa ao público e aos homens de negócios deste país é um renascimento do emprego e do poder de compra. Isto restauraria automaticamente a confiança e aumentaria os lucros até um ponto em que o Orçamento seria automaticamente equilibrado da mesma forma que o orçamento individual, empresarial, estatal e municipal seria equilibrado.

Senador WALSH de Massachusetts. Não seria equilibrado de imediato; seria equilibrado no futuro.

Sr. ECCLES. Estou a dizer que quando isso fosse feito, seria automaticamente equilibrado como com um indivíduo ou uma empresa, porque se cria então a fonte de riqueza pelo trabalho e emprego, que é a única fonte de riqueza.

Senador WALSH de Massachusetts. Aumentaria os impostos ou pediria emprestado o dinheiro necessário para cobrir agora o défice entre as receitas e as despesas?

Sr. ECCLES. Respondo a isso mais tarde.

Senador WALSH de Massachusetts. Obrigado.

Sr. ECCLES. Temos de corrigir as causas da depressão em vez de lidar com os seus efeitos, se esperamos obter a recuperação com a concomitante confiança e equilíbrio orçamental. Isto só pode ser conseguido através de uma acção governamental tendente a aumentar o nível de preços das matérias-primas e a aumentar o emprego, provocando assim um aumento da procura dos bens de consumo.

Senador SHORTRIDGE da California. Esse é exactamente o ponto a que gostaria que chegasse.

Sr. ECCLES. Chegarei a isso mais tarde.

Senador SHORTRIDGE da California. Muito bem.

Sr. ECCLES. Têm sido feitos todos os esforços para o conseguir pela Reconstruction Finance Corporation e pelos bancos da Reserva Federal sem resultados, demonstrando que a extensão do crédito por si só não é a solução. O crédito é a ofensiva secundária quando existe uma base de crédito através do aumento do nível de preços e um aumento da procura de bens que necessitam de crédito. A correção das nossas atuais dificuldades também não se encontra numa redução geral das dívidas, num esforço para as colocar em

relação aos atuais níveis de preços. Durante os últimos três anos, tem havido uma liquidação e uma redução tão tremenda das dívidas que tiveram de ser tomadas medidas extraordinárias para evitar um colapso geral da estrutura de crédito. Se tal política for prosseguida, que garantia existe de que as influências irradiadas de uma redução dos créditos dos credores não resultarão numa nova descida dos preços? Por outras palavras, depois de termos reduzido todas as dívidas através de uma base de redução de 25% a 50%, que razão temos nós para esperar que os preços não sofram uma nova descida no mesmo montante? E, mais uma vez, as dificuldades práticas de realizar tal ajustamento em larga escala parecem ser intransponíveis.

O elemento tempo requerido por isso prolongaria indefinidamente a depressão; tal política exigiria uma liquidação adicional de bancos, companhias de seguros e todas as instituições de crédito, pois se as obrigações dos organismos públicos, empresas e indivíduos fossem sensivelmente reduzidas, os ativos de tais instituições diminuiriam de forma correspondente, forçando a sua liquidação em grande escala. Nada impediria assim qualquer possibilidade de recuperação. As falências bancárias e de seguros destroem a confiança e espalham o desastre e o medo pelo mundo económico. O atual volume de dinheiro diminuiria com o aumento do açambarcamento e a diminuição do crédito e da sua velocidade, fazendo aumentar a deflação e exigindo um maior apoio governamental sem resultados benéficos até sermos forçados a abandonar o padrão-ouro, apesar das nossas reservas que representam 40% do ouro mundial, e, nesse momento, resultaria provavelmente uma inflação indesejável e possivelmente descontrolada com todos os males que a acompanham, e assim a própria ação destinada a preservar o padrão-ouro e a restabelecer a confiança destruiria ambos.

Na minha opinião, podemos criar e apoiar um nível de preços que restabeleça o emprego e o crédito numa base de dinheiro sólido, se a ação não for demasiado morosa por parte do nosso Governo. Os últimos 10 dias mudaram a situação. Não estou tão certo como há uma ou duas semanas atrás se o podemos fazer com base no ouro ou não.

Senador SHORTRIDGE. O senhor refere-se à ação do Governo. Vai falar disso, suponho eu?

Sr. ECCLES. Sim. Tenho aqui cinco pontos para me explicar.

Senador SHORTRIDGE. O que é que faria exatamente?

Sr. ECCLES. Sim, senhor. Os preços baixos atuais não se justificam pelo volume da nossa moeda em circulação e depósitos bancários, o agregado dos dois que compõem o nosso volume total de dinheiro. É devido ao açambarcamento tanto por indivíduos como pelos bancos que existe uma aparente escassez de dinheiro e, conseqüentemente, há uma grande pressão, por efeito do aumento da procura da nossa moeda, para gerar a sua inflação [n.t. aqui significa o aumento da massa monetária], para a remonetização da prata, ou para a redução do conteúdo em ouro do dólar.

Senador WALSH de Massachusetts. Estes são os dois métodos de deflação que sugere?

O PRESIDENTE. Sim; mas ele faz em referência ao açambarcamento pelos bancos e indivíduos.

Sr. ECCLES. É devido ao açambarcamento tanto por indivíduos como pelos bancos que existe uma aparente escassez de dinheiro e, conseqüentemente, há uma grande procura da inflação da nossa moeda, da remonetização da prata, ou da redução do teor em ouro do dólar com a ideia de que qualquer um dos três métodos aumentaria o nosso volume de dinheiro e, conseqüentemente, aumentaria os preços, aliviando os devedores e trazendo prosperidade. Nenhum destes três métodos, na minha opinião, alcançaria os resultados desejados, a menos que fosse previsto um método para obter o aumento da oferta de dinheiro para o consumidor final.

Não faz qualquer diferença que tipo de inflação, se a inflação for adotada - pode imprimir dinheiro, pode remonetizar a prata, pode reduzir o conteúdo de ouro do dólar e não vai aumentar o seu nível de preços, a menos que comece a criar poder de compra na fonte com o consumidor.

Senador WALSH de Massachusetts. A menos que esteja amplamente dispersa e se movimente com rapidez.

Sr. ECCLES. Sim.

Porquê recorrer à inflação do tipo referido quando os preços podem ser aumentados e os negócios revividos com base no nosso atual sistema monetário? Atualmente, temos quase mil e quinhentos milhões de moeda a mais do que tínhamos no pico de 1929, e sob o nosso atual sistema monetário podemos aumentá-lo de vários milhares de milhões sem recorrer a nenhuma das três medidas inflacionistas popularmente defendidas. Há dinheiro suficiente disponível no atual sistema para ajustar adequadamente a nossa

atual estrutura de preços. A nossa estrutura de preços depende mais da velocidade do dinheiro do que do volume. Esta velocidade é medida pela rotação anual dos depósitos bancários ou pelo que se designa por "débitos bancários" que representam os cheques emitidos. Noventa por cento das nossas transações é liquidada pelo cheque bancário; a moeda, aumentada pela prata, é normalmente utilizada em grande parte como moeda de bolso e representa 10%; o ouro é mantido em bancos de reserva para suportar a nossa moeda.

Em 1929, o elevado nível de preços foi suportado por uma velocidade de crédito correspondente. O último Boletim da Reserva Federal dá uma imagem esclarecedora desta relação, como mostram os números de todos os bancos membros. De 1923 a 1925, a rotação dos depósitos flutuou de 26 a 32 vezes por ano. Do Outono de 1925 a 1929, a rotação subiu para 45 vezes por ano. Em 1930, com os depósitos ainda a aumentar, a rotação diminuiu no final do ano para 26 vezes. Durante o último trimestre de 1932, a rotação baixou para 16 vezes por ano. Note-se que do elevado nível de preços de 1929 para o baixo nível do atual, esta rotação diminuiu de 45 para 16, ou 64%. E, note-se, 90 por cento de todos os negócios são feitos com cheques bancários, o que representa a sua velocidade.

Senador WALSH de Massachusetts. E os números, se os conseguíssemos obter, para Janeiro e Fevereiro mostrariam um declínio ainda maior.

ECCLES. Sim; mostrariam um declínio muito mais acentuado.

Senador GORE. E em 1929 a rotação foi de 45 vezes?

Sr. ECCLES. Sim.

Senador GORE. Mas em Nova Iorque, a rotação foi de mais de 150 vezes.

Sr. ECCLES. Estou a tomar o país como um todo. Varia com diferentes partes do país.

Senador GORE. Sim.

Sr. ECCLES. Embora durante o mesmo período o volume de dinheiro representado pelo total de depósitos bancários e moeda tenha diminuído aproximadamente 22 por cento. É evidente, portanto, que a velocidade, e não a quantidade de dinheiro, suporta a estrutura de preços e que o nosso problema hoje não é o de aumentar o volume de dinheiro, mas sim a sua velocidade.

Senador WALSH de Massachusetts. Mas, de facto, aumentámos o volume ou a moeda.

Sr. ECCLES. Sim; a moeda, mas o total de moeda e depósitos bancários é 22 por cento inferior ao de 1929.

Senador GORE. Mas só a moeda é cerca de 25 ou 30 por cento mais.

Sr. ECCLES. Sim; mas não está a funcionar. Alguma dela está a ser acumulada.

Senador WALSH de Massachusetts. Que número apresentou, Senador?

Senador GORE. Vinte e cinco por cento.

Sr. ECCLES. Não; a moeda é mais do que isso, hoje em dia. A moeda do dia-a-dia é cerca de 30% mais.

PRESIDENTE. Então os depósitos bancários devem ser menores.

Sr. ECCLES. Os depósitos bancários são possivelmente menos 30 por cento, ou entre 25 e 30 por cento. Os 22 por cento representam a combinação do volume de moeda e depósitos bancários. Os depósitos são mais de 22 por cento menos.

PRESIDENTE. Foi o que eu disse.

Sr. ECCLES. E a moeda é 30 por cento mais. Fazendo a média de 22 por cento. Vários fatores impedem hoje o aumento da velocidade do nosso dinheiro.

Repito que há muito dinheiro hoje em dia para permitir uma normalização dos preços, mas o principal problema é que está no lugar errado; está concentrado nos maiores centros financeiros do país, as instituições credoras, deixando uma grande parte do país para trás, ou as regiões devedoras, esgotadas e fazendo parecer que há uma grande escassez de dinheiro e que, por isso, é necessário que o Governo imprima mais. Esta má distribuição da nossa oferta monetária é o resultado da relação entre as regiões devedoras e credoras - tal como a relação entre esta como nação credora e outra como nação devedora - e o desenvolvimento das nossas indústrias em vastos sistemas concentrados nos centros maiores. Durante o período da depressão, as regiões credoras agiram no nosso sistema como uma grande bomba de sucção, sacando uma grande parte dos rendimentos e depósitos disponíveis no pagamento de juros, dívidas, seguros e dividendos, bem como na transferência de saldos pelas grandes empresas normalmente trazidas de

todo o país. Isto faz com que haja falta de fundos nas áreas agrícolas e um excesso de fundos nas cidades.

Durante o nosso período de prosperidade, os fundos fluíam das regiões credoras para as regiões devedoras pela concessão de novos créditos e expansão de capital tão rapidamente ou mais rapidamente do que eles daí saíam. Não há forma de reavivar o fluxo de retorno através da operação de crédito ou de investimento enquanto não haja uma base para o crédito, graças a um nível de preços mais elevado e até que haja uma oportunidade de lucro através de mais investimento de capital. As áreas agrícolas durante os períodos de prosperidade não partilharam a sua parte do rendimento nacional e isto fez com que houvesse uma maior concentração de dinheiro nas regiões credoras, com uma parte demasiado grande das nossas dívidas agregadas nas áreas agrícolas. Isto explica a razão de um maior colapso financeiro, tal como demonstrado pelo registo de falências bancárias em todo o país, representado em grande parte nas zonas agrícolas.

O desajustamento referido deve ser corrigido antes de se poder estabelecer a velocidade necessária do dinheiro. Não vejo qualquer forma de corrigir esta situação, exceto através de uma ação governamental.

Estima-se que um terço da nossa população está dependente da agricultura nas suas variadas formas e reconhece-se que a prosperidade é impossível sem um renascimento do poder de compra da nossa população agrícola. Para que a retoma das atividades económicas atinja a média do período pós-guerra, tenho de sugerir cinco pontos como medidas de primeiros socorros destinadas a criar a situação de retoma da economia. Devem ser tomadas imediatamente medidas com referência a estes pontos. E os pontos são os seguintes:

Primeiro. Disponibilizar como doação aos Estados numa base per capita \$500 milhões de dólares a serem utilizados durante o orçamento deste ano para ajudar a cuidar adequadamente dos pobres e desempregados, enquanto se aguarda o relançamento da atividade económica que deverá resultar do programa que passo a expor.

Senador WALSH de Massachusetts. Isso é um donativo ou um empréstimo?

ECCLES. Vou falar disso. Estou primeiro a delineá-los e depois analiso cada ponto individualmente em detalhe.

Senador GORE . Aprovámos uma lei no outro dia em que, entre outras coisas, demos ao Distrito de Columbia 600.000 dólares. Agora estão a pedir mais 200.000 dólares. Eu estava a falar com o chefe da contabilidade comunitária desta cidade e ele disse que os representantes que distribuem este fundo vieram aqui ao Congresso e fizeram lobby e receberam esses \$600.000 sem nunca lhe perguntarem nada sobre isso; sem sequer receberem uma estimativa das despesas. Ontem, dois senadores aconselharam os comissários distritais a entregar um pedido de mais 250.000 dólares. E eles vão fazê-lo, e vão obtê-lo. Não há nenhum fim para este peditório.

Senador SHORTRIDGE. Sugeriu um fundo de \$500 milhões?

Senador WALSH de Massachusetts. Gostaria que nos lesse de novo essa primeira sugestão.

Sr. ECCLES. Primeiro. Disponibilizar como donativo aos Estados numa base per capita \$500 milhões a serem utilizados durante o orçamento deste ano para ajudar a cuidar adequadamente dos pobres e desempregados, enquanto se aguarda o relançamento da atividade económica que deverá resultar do programa que passo a expor

Segundo. Aumentar o montante dos fundos governamentais -

Senador WALSH de Massachusetts. Voltará a uma discussão sobre esse primeiro ponto quando terminar de apresentar os cinco pontos a que se referiu?

Sr. ECCLES. Sim.

Segundo. Aumentar o montante dos fundos governamentais para dois e meio mil milhões de dólares, e mais se necessário, para projetos autoliquidáveis, isto é, capazes de gerar rendimentos necessários para o seu reembolso, e conceder empréstimos a cidades, condados e Estados para obras públicas numa base liberal, a uma taxa de juro baixa.

Senador WALSH de Massachusetts. De quanto é essa quantidade?

Sr. ECCLES. Dois e meio mil milhões de dólares.

Senador GORE. Aprovámos no outro dia um projecto de lei que elimina a característica de autoliquidação. Sabe-se que ao começar isto não se pára. Fica cada vez pior e pior.

Sr. ECCLES. Terceiro. A adoção do plano de atribuição nacional ou um plano semelhante, concebido para regular a produção e aumentar os preços.

Quarto. O refinanciamento das hipotecas agrícolas a longo prazo a uma taxa de juro baixa.

Quinto. A liquidação permanente das dívidas interaliados numa base económica sólida, sendo preferível o seu cancelamento.

Senador SHORTRIDGE. O quê! Cancelar todas essas dívidas?

Sr. ECCLES. Voltarei a isso muito rapidamente.

Senador SHORTRIDGE. Bem, prossiga.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

2ª parte

Sr. ECCLES. Vou abordar esses pontos.

Ponto nº 1. Apoio ao desemprego. Sem entrar em quaisquer detalhes ou números, é reconhecido por todos que o nosso problema mais urgente e agudo atualmente é fornecer imediatamente apoio adequado aos milhões de pessoas que estão sem posses e desempregadas em todos os cantos da nossa Nação. É uma vergonha nacional que tal sofrimento seja permitido neste país, o país mais rico do mundo. A atual condição não é culpa dos desempregados, mas sim da nossa liderança empresarial, financeira e política. É incompreensível que o povo deste país continue estupidamente a sofrer os desperdícios, a estar nas filas para a sopa dos pobres, os suicídios e o desespero, e seja forçado a morrer, roubar, ou aceitar uma miserável ninharia sob a forma de caridade de que se ressentem, e de que se ressentem com toda a razão. Ou adotamos um plano que resolver esta situação sob o capitalismo, ou teremos um plano que irá funcionar sem capitalismo.

A caridade privada está quase totalmente esgotada. É impossível para a maioria das nossas instituições políticas fornecer fundos adicionais através da contração de empréstimos ou de impostos. Muitas delas estão atualmente em falta no cumprimento das suas obrigações e não dispõem nem podem dispor dos fundos necessários para pagar as despesas das suas escolas e do governo local. Faço parte do Comité Executivo de Ajuda ao Desemprego do

Governador do meu Estado e embora esteja certo de que os desempregados recebem tanto ou mais do que em muitas regiões do país, os fundos disponíveis são totalmente inadequados para fazer face à situação, que se está a tornar diariamente mais difícil de controlar.

Defendo que o Governo disponibilize, como a mais urgente de todas as medidas de emergência, pelo menos \$500 milhões para serem distribuídos aos Estados conforme necessário, como uma doação e não como um empréstimo, numa base per capita em montantes que permitam às organizações de ajuda humanitária de cada Estado cuidar das necessidades dos desempregados de uma forma mais adequada do que até agora tem sido possível. Por esta razão, aquilo quando é feito sob a forma de empréstimo há resistências ao endividamento. Há cortes até ao ponto de privação. Quando um Estado tem de se pedir um empréstimo essa é a atitude dos responsáveis da administração desse Estado, resultante da pressão dos dirigentes empresariais e dos contribuintes em geral em matéria de economia.

Senador WALSH de Massachusetts. Quando se trata de um presente fica-se a descoberto?

Senador GORE . Onde é que o Governo Federal consegue obter este dinheiro para dar aos Estados?

Sr. ECCLES. Onde arranjou \$27 mil milhões durante a guerra para serem desperdiçados?

Senador GORE . Uma situação muito diferente.

Senador WALSH de Massachusetts. Deixe-o terminar as suas duas frases do ponto nº 1 e depois far-lhe-emos algumas perguntas.

Sr. ECCLES. Fazer menos seria falhar no primeiro dever do governo, a proteção da vida dos seus cidadãos. Este apoio do Governo aos desempregados deveria diminuir rapidamente à medida que o Governo tomasse as medidas adequadas para restabelecer o bom funcionamento do nosso sistema económico.

Senador WALSH de Massachusetts. Agora, posso fazer-lhe algumas perguntas?

Sr. ECCLES. Pergunto-me se não será correto continuar com a minha declaração, Senador. Talvez essas perguntas sejam respondidas no decurso da minha declaração.

Senador WALSH de Massachusetts. Gostaria de discutir este assunto consigo.

Sr. ECCLES. Sim.

Senador WALSH de Massachusetts. É um facto que as maiores dificuldades neste país, hoje em dia, estão nos grandes centros populacionais?

Sr. ECCLES. Bem, não estou em posição de dizer quais são as maiores dificuldades nas grandes cidades.

Senador WALSH de Massachusetts. Não há muitos mais milhões de pessoas necessitadas e em dificuldade nos grandes centros populacionais do que nas regiões agrícolas?

Sr. ECCLES. Creio que isso é verdade.

Senador WALSH de Massachusetts. Está a pedir ao Governo Federal que dê dinheiro ao Estado de Nova Iorque em grande volume, a Massachusetts em grande volume, a Ohio em grande volume, e a Illinois em grande volume, com base na teoria de que eles, os Estados mais ricos da União, de quem o Governo Federal deve obter o dinheiro, não podem apoiar esta situação. Como pode justificar isso?

Sr. ECCLES. Com base em...

Senador WALSH de Massachusetts. Como pode justificar dar dinheiro do Tesouro Federal ao Estado de Nova Iorque, cujo endividamento per capita é insignificante em comparação com o Governo Federal, que é a grande casa do tesouro para o Governo Federal ir buscar o seu dinheiro, com base na teoria de que esse estado está tão falido, que está tão desamparado que não pode cuidar dos seus pobres e famintos? Mais vale confessarmos a falência se alguma vez chegarmos a essa situação.

Sr. ECCLES. Bem, há esta diferença. Um Estado, claro, está na mesma categoria financeira que as empresas e os indivíduos, na medida em que não têm o poder de emitir dinheiro ou crédito. O Governo Federal está inteiramente numa categoria diferente, porque controla o sistema monetário. É verdade que o Estado de Nova Iorque e o Estado da Pensilvânia e estes outros Estados são regiões credoras e não Estados devedores. Por outras palavras, a riqueza do Estado é menor do que a riqueza das pessoas que vivem no Estado.

Senador WALSH de Massachusetts. Não o estou a acompanhar. O Estado tem o mesmo poder de tributação que o Governo Federal. -•

Sr. ECCLES. Isso é verdade. Mas hoje em dia não tem a base da tributação, pelo facto de a produção de riqueza ter parado em grande parte devido ao desemprego. Agora o crédito do Governo Federal está relacionado com o rendimento nacional. Se o rendimento nacional é cortado em dois, então vai-se muito longe na destruição do crédito ao Governo Federal numa base de ouro.

Senador GORE. O senhor pensa que não há maneira de destruir o crédito do Governo Federal, pois não?

Senador WALSH de Massachusetts. Senador Gore, posso terminar o meu inquérito?

Senador GORE. Senador, ele disse que isso poderia destruir o crédito do Governo Federal. Eu não pensei que fosse possível destruir o crédito do Governo Federal; que ele seja simplesmente inesgotável e infinito. Peço desculpa por interromper, Senador.

Sr. ECCLES. Quanto mais desemprego houver, menos produção de riqueza haverá e menos capacidade de pagar impostos e apoiar o crédito federal, a menos que se recorra à inflação sem ter em conta o padrão-ouro.

Senador GORE. Irá o Congresso tributar alguém que estes Estados não posam tributar? Qual é o recurso, qual é o reservatório que o Governo Federal pode explorar, exceto os livros de bolso do povo de Utah e Nova Iorque?

Sr. ECCLES. A riqueza não é distribuída e a capacidade de pagar não é distribuída de acordo com a população.

Senador GORE. Não inteiramente.

Sr. ECCLES. Não. Há uma grande diferença. Por outras palavras, o imposto sobre o rendimento pago por certos Estados é uma percentagem muito maior do total do imposto nacional sobre o rendimento cobrado do que a da sua população.

Senador GORE. Sim; há cerca de meia dúzia ou mais de uma dúzia. No entanto, eles vêm aqui pedir ao Governo Federal que lhes forneça fundos para alimentar os famintos, apesar de que quando esse dinheiro for reembolsado terão de pagar uma parte desproporcionada do mesmo.

Senador WALSH de Massachusetts. Exatamente. Posso compreender, jovem, e votarei em qualquer quantia de dinheiro que seja necessária para qualquer Estado que confesse a sua incapacidade de pedir dinheiro emprestado para cuidar dos seus pobres, Utah, ou qualquer outro Estado - tudo o que precisar, Mas não posso votar para dar dinheiro ao Estado de Massachusetts e ao Estado de Nova Iorque e ao Estado da Pensilvânia e ao Estado de Ohio, que são as principais fontes de riqueza neste país, de onde a riqueza deve provir, quando têm um crédito tão bom como o do Governo Federal.

Sr. ECCLES. Bem, o seu crédito não pode ser tão bom como o do Governo Federal, por esta razão. Em primeiro lugar, as obrigações do Governo Federal são elegíveis para redesconto com os bancos da Reserva Federal, e isso por si só cria a capacidade de obter crédito.

Senador WALSH de Massachusetts. Muito bem. Vamos emitir obrigações do Governo e fazer com que o Estado à mesma taxa dê ao Tesouro Federal as suas obrigações em troca, para que a taxa de juro nestes Estados ricos seja reduzida ao que o Governo vai pedir emprestado. Esta é uma proposta que pode muito bem ser considerada.

Sr. ECCLES. O senhor fornece os meios com os títulos de crédito do Governo. Um Estado para obter crédito deve, evidentemente, poder vender os seus títulos; e o mercado para os seus títulos não é o mesmo mercado, não é um mercado tão bom, de modo algum, como o mercado para títulos do Governo Federal, pela razão de que, naturalmente, o Governo Federal tem todos os recursos da Nação dos quais pode sacar, e, em segundo lugar, que os títulos do Governo Federal são elegíveis para redesconto, elegíveis para garantir a poupança postal do Governo e todos os depósitos públicos, e têm sempre um mercado pronto e favorável, o que, naturalmente, os torna mais desejáveis.

Senador WALSH de Massachusetts. Conhece algum governador nos Estados Unidos da América que esteja disposto a fazer uma declaração pública de que não está a proporcionar apoio suficiente para aqueles que carecem e precisam no seu Estado?

Sr. ECCLES. Bem, penso que um governador hesitaria em fazer isso.

Senador WALSH de Massachusetts. Mas está a acusar o governador e o parlamento do seu Estado e no meu Estado ao dizer que não se apropriaram do dinheiro necessário. Porquê, deviam fechar escolas em vez de deixar as pessoas sofrer. Deveriam fechar as escolas e poupar esse dinheiro e entregá-lo para alimentar os famintos. Mas vir aqui e dizer que os governos locais

permitiram que a fome continuasse sem cuidar dela e os parlamentos não conseguiram fazer face a esta emergência, mas que o Governo Federal, tendo mais coração, tendo mais alma, tendo mais agências do que a população local, estando mais interessado nestas pessoas locais, deve dar-lhes o dinheiro e enviar agentes para tratar deste problema parece-me absurdo.

Sr. ECCLES. Não creio que os agentes devam ser enviados para lá.

Senador WALSH de Massachusetts. Vai dar ao partido democrata de Nova Iorque mais \$5.000.000 para gastar? Como é que sabe que vai para os necessitados?

Sr. ECCLES. Não me parece que tenham realmente passado fome. Há muito sofrimento porque a quantia que estas pessoas recebem é totalmente inadequada.

Senador WALSH de Massachusetts. E depois de darmos até \$500 milhões será inadequado aos padrões de algumas pessoas, por isso, o senhor vai continuar e continuar indefinidamente. Parece-me, jovem, que aquilo a que temos de aderir é à autoridade local, aos agentes locais que conhecem estas pessoas, que vivem com elas, cujas simpatias estão com elas, cujos corações estão com elas; eles têm de cuidar delas e distribuir estas obras de caridade; e se o Estado não tem dinheiro suficiente para cuidar delas, então é uma confissão de que não é solvente. É uma confissão de que se torna dependente do Governo Federal, e o Governo Federal tem de se ocupar disso.

Sr. ECCLES. Não há dúvidas quanto a isso. O Estado [da região] não tem poder para criar dinheiro. Não é um poder soberano. Não pode chamar os homens à guerra e fornecer milhares de milhões para esse fim. Não pode acabar com a depressão, tudo coisas o que o Governo Federal pode fazer.

Senador WALSH de Massachusetts. Esses Estados devem renunciar à sua condição de Estado, e o Governo Federal deve assumir a gestão dos seus assuntos, porque uma vez que o bem-estar do Estado é assumido pelo Governo Federal para a alimentação do seu povo, o Governo Federal deve assumir tudo, escolas, igrejas, e tudo, a meu ver.

Sr. ECCLES. Penso que é isso, em grande parte, o que talvez tenha de fazer. A menos que o Governo reconheça rapidamente a sua posição como o único estabilizador do nosso sistema económico e aja em conformidade, o apoio necessário ao desemprego deve-se ao facto de o Governo não ter agido mais cedo.

Senador SHORTRIDGE. Deixe-me perguntar-lhe isto, e depois não o interrompereei até que termine a sua declaração. Tome Utah. O seu crédito é bom, não é?

ECCLES. Bem, eu penso que sim. Não creio que um Estado deva ser obrigado a...

Senador SHORTRIDGE. Não é essa a questão.

Sr. ECCLES. Penso que o seu crédito é bom, sim.

Senador SHORTRIDGE. Se houver sofrimento em Salt Lake City ou em qualquer das cidades daquele belo Estado, o crédito de Utah, diz-me o senhor, é bom?

Sr. ECCLES. Sim .

Senador SHORTRIDGE. Utah, como Estado então, poderia angariar dinheiro, não poderia?

Sr. ECCLES. Sim; uma quantia limitada.

Senador SHORTRIDGE. E com esse dinheiro poderia, através das suas próprias agências, apoiar qualquer situação de sofrimento atual do povo, não poderia?

Sr. ECCLES. Penso que sim.

Senator WALSH de Massachusetts; Porque razão não o faz?

Senador SHORTRIDGE. Esta seria a minha última pergunta.

Senador WALSH de Massachusetts. Porque é que não o faz? Alimentar os famintos é primordial em relação a tudo o resto. Deviam fechar até o departamento de saúde, deviam fechar as escolas, deviam abandonar a sua força policial em vez de deixarem as pessoas passar fome.

Sr. ECCLES. Os Estados devem preservar o seu crédito para que isso não seja necessário. É por isso que o apoio ao desemprego é da responsabilidade do Governo. Não creio que as pessoas tenham fome, exceto as pessoas que não se queixam. Não penso que geralmente as pessoas tenham fome, mas penso que as pessoas não estão a ser cuidadas em qualquer posição próxima da relação ou da capacidade que este país e os recursos deste país lhes permitem ser cuidadas.

Senador SHORTRIDGE. Bem, se têm o suficiente para comer e um fato justo de roupa e conseguem ler os jornais, estão felizes, não estão? É tudo o que eles querem atualmente.

Senador GORE. Se Utah angariasse dinheiro para este fim através de empréstimos e impostos, será que haveria algum sentido de economia na sua administração, não acha? Pensa muito em termos de economia?

Sr. ECCLES. Penso que se tivessem de pedir dinheiro emprestado que o fariam.

Senador GORE. Sim; haveria demasiada economia. Mas se o Tio Sam lhes der o dinheiro, então não haverá demasiada economia, pois não?

Sr. ECCLES. Não, espero que não, mas penso que deveriam ser limitados a certos desembolsos, e penso que mesmo nessas circunstâncias haveria uma economia razoável.

Senador GORE. Penso que há algum tempo atrás o senhor afirmou que onde o dinheiro fosse emprestado ao Estado haveria demasiada economia, e se fosse dado não haveria demasiada economia. A questão é essa.

Senador KING. Sugiro que o Sr. Eccles seja autorizado a completar a sua declaração para que possamos ter a continuidade da mesma, e depois podemos interrogá-lo como entendermos.

Sr. ECCLES. 2. Financiamento de projetos autoliquidáveis e obras públicas. Passo a citar o Dr. W. T. Foster:

Isto, em justiça, devemos dizer a favor do plano russo. Se em qualquer parte da Rússia houvesse tantos carpinteiros, pedreiros, assentadores de azulejos e engenheiros e arquitetos e todo o resto, e tanto aço, madeira e tijolo e todos os outros materiais de construção disponíveis como temos aqui, eles não se sentariam e estupidamente distribuiriam caridade aos desempregados. Utilizariam os homens e os materiais excedentes, e limpariam estas feridas ardentes, e construiriam habitações decentes para o povo. A propósito, não haveria desemprego. Agora, o que pode ser feito sob o comunismo ou o socialismo, pode ser feito sob o capitalismo nos Estados Unidos, se tivermos senso suficiente para estabelecer um fluxo adequado de moeda e crédito nos canais certos.

Senador WALSH de Massachusetts. Que obras públicas existem em Utah que podem ser realizadas?

Sr. ECCLES. Ogden precisa de um novo sistema de água e de uma escola secundária.

Senador WALSH de Massachusetts. Há mais autoestradas de que precise, considerando agora as condições neste país, considerando que não há homens hoje em dia que possam prever que estas serão melhores daqui a 10 anos? Está tudo nas mãos dos deuses. Considerando as condições neste país, considerando que o dinheiro emprestado tem de ser pago em impostos, que mais obras públicas são necessárias no seu Estado do que as que existem atualmente?

Sr. ECCLES. Evidentemente, a forma como vejo este assunto é que temos o poder de produzir, tal como no período de prosperidade após a guerra demonstrou quando tivemos um nível de vida durante um período de 1921 a 1929 que, naturalmente, foi muito superior ao que é agora. No entanto, apesar desse nível de vida, poupámos demasiado, como tentei anteriormente mostrar.

Senador GORE. Tem o Foster na sua cabeça?

Sr. ECCLES. Só gostava que houvesse mais quem tivesse. Deste ponto de vista poupámos demasiado, que acrescentámos demasiado ao nosso equipamento em capital. Criámos sobreprodução num caso e subconsumo no outro devido a uma distribuição pouco económica da produção de riqueza.

Senador WALSH de Massachusetts. Podemos ir a extremos de desperdício em matéria de obras públicas se não formos muito cuidadosos.

Sr. ECCLES. É claro que estamos a perder \$2 milhares de milhões por mês em desemprego. Não posso conceber um desperdício maior do que o desperdício de reduzir o nosso rendimento nacional em cerca de metade do que era. Não posso conceber um desperdício tão grande como este. Afinal de contas, o trabalho é a nossa única fonte de riqueza.

Senador WALSH de Massachusetts. A sua sugestão é que o encontremos pedindo emprestadas grandes somas de dinheiro para a realização de obras. Que as pessoas têm de pagar por isso em impostos, e que num momento de dificuldades como o presente não são necessários?

Sr. ECCLES. Não; eles não o pagariam agora. Há tempos para pedir emprestado e há tempos para pagar. O Governo pediu emprestado durante a guerra \$27 milhares de milhões. O governo não coletou os lucros que foram feitos durante a guerra para pagar a guerra. Podiam tê-lo feito, mas não o fizeram. Pediram emprestados \$27 mil milhões e nós obtivemos

prosperidade, embora tudo o que eles pediram emprestado tenha sido desperdiçado, dólar a dólar. Não podia haver desperdício nos Correios ou nas estradas ou nas escolas. E teria algo para mostrar quanto a isso. Com a guerra, tudo o que resta é a despesa de cuidar de veteranos mutilados, aleijados e doentes. Isso é o que resta da guerra. E tudo isso é um desperdício.

Senador GORE. O senhor tocou no ponto. A verdadeira causa dos problemas existentes foi a guerra, com a destruição de mais de 300 mil milhões de dólares de riqueza em quatro anos. Estamos agora a pagar o preço. Os rapazes pagaram o preço em sangue no campo. Estamos a pagar o preço económico hoje. E tanto se pode aprovar uma resolução para ressuscitar os mortos que caíram em França como aprovar leis para evitar as consequências inevitáveis dessa guerra.

Sr. ECCLES. É verdade que estamos a sofrer as consequências da guerra, mas não há razão para estarmos a sofrer as consequências da guerra se não fosse a dívida internacional ou a dívida interaliados que dela resultou. Estamos a sofrer de uma estrutura de dívida. Não estamos a sofrer com o desperdício, porque afinal, sabemos hoje que temos o poder e as facilidades para produzir certamente tudo o que o povo deste país precisa e quer.

Senador GORE. O senhor pensa que pode destruir 300 mil milhões de dólares de riqueza e a acumulação de séculos que elas representam sem consequências económicas desastrosas?

Sr. ECCLES. Senador Gore, nos Estados Unidos acrescentámos \$100 mil milhões à nossa acumulação de capital desde a guerra.

Senador GORE. Grande parte das suas somas é papel.

Sr. ECCLES. Não; edifícios e fábricas e estradas e riqueza física real. Riqueza no mundo real e não no mundo do dinheiro.

Senador GORE. Sobre o crédito de dinheiro emprestado, em grande parte.

Sr. ECCLES. Foi o produto do trabalho.

Senador GORE. Sobre o dinheiro emprestado, e pressionámos o nosso crédito até ao ponto de rutura e tivemos este Grande Colapso.

Senador SHORTRIDGE. Está a lidar com o segundo ponto?

Sr. ECCLES. Sim. Deixe-me terminar isto, se me permite.

Senador GORE. Sim. Perdoe-me.

Sr. ECCLES. Vemos agora, após quase quatro anos de depressão, que o capital privado não entrará em obras públicas ou projetos de autoliquidáveis, exceto através do governo, e que se deixarmos o nosso "indivíduo robusto" seguir o seu próprio interesse nestas condições, ele faz precisamente a coisa errada. Cada empresa para a sua própria proteção liberta-se dos homens, reduz a sua folha de pagamentos, reduz as suas encomendas de matérias-primas, adia a construção de novas fábricas e paga os empréstimos bancários, acrescentando ao excedente de fundos inutilizáveis. Cada coisa que faz para reduzir o fluxo de dinheiro torna a situação pior para o negócio como um todo. A produção de riqueza e a capacidade de compra do consumidor começa com a folha de pagamentos em salários e aos produtores individuais de matérias-primas, os agricultores. Atualmente, estamos a perder perto de dois mil milhões por mês de rendimento nacional devido ao desemprego, resultando na incapacidade das pessoas poderem comprar os bens necessários para sustentar a nossa produção. Existe algum programa de equilíbrio económico e orçamental por parte do nosso Governo tão importante como o de parar esta grande perda e todo o sofrimento, devastação e destruição humana que lhe está associada?

Creio que uma parte essencial do programa para pôr fim ao ciclo de deflação é o Governo fornecer o crédito para projetos autoliquidáveis e empréstimos ao Estado para obras públicas. Tenho o seguinte programa a propor:

Senador SHORTRIDGE. Isto está sob o seu nº 2 ?

Sr. ECCLES. Sim.

Que o Governo disponibilize \$1 milhar de milhões para serem adicionados aos \$1,5 milhar de milhões já disponibilizados através da Reconstruction Finance Corporation para projetos autoliquidáveis, perfazendo um total de 2,5 milhares de milhões. Deve ser criada uma agência separada para assumir esta divisão da Reconstruction Finance Corporation e administrar estes fundos. Para o sucesso deste plano é necessária uma velocidade de emergência, como a que foi utilizada durante o tempo da guerra. O plano de projetos autoliquidáveis até à data tem sido totalmente ineficaz devido ao fracasso em obter os fundos; isto deve-se em grande parte a limitações da lei e à burocracia da administração. E, posso dizer, às elevadas taxas de juro.

Senador SHORTRIDGE. Qual é a taxa?

Sr. ECCLES. É de 5,5 e 6 por cento em projetos autoliquidáveis. Estas são as taxas que conheço ou de que ouvi falar.

A fim de ganhar tempo, recomendaria a nomeação de uma comissão não política civil a não exceder cinco líderes representativos em cada Estado, para servir o setor público sem compensação, cujo dever seria encorajar o desenvolvimento de obras públicas e de projetos autoliquidáveis nos seus respetivos Estados e o mais rapidamente possível. Os empréstimos deveriam ser feitos numa base muito liberal quanto às condições de pagamento e segurança. A taxa de juro não deve exceder o montante que o Governo é obrigado a pagar pelos seus fundos, uma vez que o objetivo não é desencorajar a utilização desses fundos e obter lucros para o Governo.

O Governo Federal, bem como os líderes da finança e do mundo empresarial produtivo deste país, deveriam retomar este programa com o mesmo entusiasmo e zelo patriótico que foi desenvolvido durante a guerra. Toda a psicologia pública deve ser mudada através da propaganda da imprensa. Todas as cidades, condados e Estados da União devem ser instados, como um dever patriótico, a recorrer ao crédito do Governo para construir os projetos que normalmente exigiriam durante os próximos cinco anos, pondo assim os homens a trabalhar em vez de lhes oferecer caridade.

A fim de acelerar este programa, deve ser dado um limite de três meses a partir da data da nomeação da comissão em cada Estado para apresentar e completar os pedidos; este período de tempo deve ser prolongado, se necessário, pela aprovação do Presidente dos Estados Unidos da América.

Este plano teria a vantagem de assegurar para cada Estado e comunidade as obras públicas e os projetos autoliquidáveis que serão necessárias no futuro imediato a uma taxa de juro e custo de construção sem precedentes, ao mesmo tempo que proporcionaria emprego de emergência e estimularia a atividade económica em geral numa altura em que tais despesas prestam o maior serviço a todo o nosso povo.

Este programa pode ser financiado de uma de duas formas - quer através de uma emissão de obrigações do Estado, quer através da emissão de moeda pelo Tesouro, que seria posta em circulação através dos bancos de reserva federais em pagamento dos projetos propostos. Esta moeda deveria ser retirada tão rapidamente quanto os rendimentos do Tesouro Federal o permitam.

Senador KING. Será que essa moeda assentaria em obrigações?

Sr. ECCLES. Seria uma promessa de pagamento por parte do Governo. Seria uma obrigação sem pagamento de juros.

O Tesouro, naturalmente, manteria em vez desta moeda as obrigações dos vários Estados, condados, cidades, e empresas privadas que utilizam estes fundos. Não acredito que esta moeda pudesse ser mantida em circulação, pois com o restabelecimento da confiança a atual moeda em circulação seria provavelmente reduzida em pelo menos mil e quinhentos milhões de dólares, o montante estimado agora em entesouramento.

Senador WALSH de Massachusetts. Quando pensa que a prosperidade irá voltar?

Sr. ECCLES. Depende inteiramente do que o Governo fizer. Mas não regressará a menos que o Governo Federal tome medidas, na minha opinião.

Senador WALSH de Massachusetts. Acha que há alguma coisa na alegação de que este período é agora mais ou menos um período de retorno ao que era o nosso normal ?

Sr. ECCLES. Não; não podemos permanecer a este nível. Se não se conseguir aumentar a estrutura de preços, entraremos numa condição de colapso e entraremos numa condição caótica muito pior do que a que se vive hoje.

Senador WALSH de Massachusetts. Há três anos e meio que temos vindo a deslizar. Quando é que a escorregadela vai terminar?

Sr. ECCLES. Já disse, irá terminar quando o Governo tomar as medidas necessárias para o impedir.

Senador WALSH de Massachusetts. Por outras palavras, não fizemos nada nos últimos três anos e meio para parar com isto?

Sr. ECCLES. Penso que não.

Senador GORE. Todos os nossos esforços foram em vão?

Sr. ECCLES. Isso é o que eu penso. Penso que nada foi feito a não ser alargar o crédito, e o crédito é a segunda linha de defesa e não uma linha primária de defesa.

Senador GORE. Não confia nessa linha de defesa de forma bastante liberal, ou distingue as notas do Tesouro do crédito?

Sr. ECCLES. Estou a falar de crédito privado. Se é crédito, porque não dizer que 200 das nossas grandes empresas que controlam 40% da nossa produção

industrial que estão em tal forma que não precisam de crédito - eles têm grandes quantidades de fundos excedentários - se é crédito que é necessário, porque não põem os homens a trabalhar? Porque é que essas grandes instituições não põem os homens a trabalhar? Pela simples razão de não haver procura de bens, de que destruímos a capacidade de comprar na fonte através do funcionamento do nosso sistema capitalista, o que provocou uma tão má distribuição da produção de riqueza que gravitou e gravita nas mãos de - bem, comparativamente poucos. Talvez alguns milhões de pessoas. Ainda temos o desemprego e, como resultado, não temos poder de compra.

Senador GORE. A única coisa que não está desempregada no país, afinal, é a imprensa.

Senador SHORTRIDGE. O senhor ainda está a lidar com projetos autoliquidáveis?

Senador KING. E governamentais.

Senador WALSH de Massachusetts. Estamos a interferir com a testemunha.

O PRESIDENTE. Sim; eu também penso assim. Deixem-nos ter o quadro completo.

Sr. ECCLES. Esta nova emissão de moeda, mais os mil milhões e meio de dólares de moeda entesourada, que são em grande parte notas da Reserva Federal, encontrar-se-iam automaticamente nos bancos e daí nos bancos da Reserva Federal, onde a moeda da Reserva Federal desnecessária para circulação seria retirada e a nova moeda, ou títulos do Tesouro, seria mantida até que o Departamento do Tesouro a pudesse retirar dos pagamentos recebidos de mutuários ou de outras fontes.

Senador SHORTRIDGE. O senhor quer dizer estes projetos autoliquidáveis?

Sr. ECCLES. Sim; pagar-se-iam a si próprios.

Senador SHORTRIDGE. Alguns deles, no entanto, aguardam 25 ou 30 anos antes de alguma vez poderem começar a fazer-se pagar.

Sr. ECCLES. Então eu não apoiaria um tal projeto se ele se estende por um período de tempo tão longo.

Senador SHORTRIDGE. O que é o projeto autoliquidável? É a grande ponte que estamos a construir através do *Golden Gate*? Chamamos a isso um projecto autoliquidável. Trazer a água do Rio Colorado até aos nossos

distritos metropolitanos, cujo centro é Los Angeles, exige uma vasta soma. Chamamos-lhe um projecto autoliquidável. Mas, manifestamente, serão muitos, muitos anos antes de poder começar a pagar o dinheiro ao Governo, assumindo que o Governo nos empresta o dinheiro.

O PRESIDENTE. Vamos obter o quadro completo e depois discutiremos a questão.

Senador SHORTRIDGE. Sim

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

3ª parte (conclusão)

Sr. ECCLES. Seria provavelmente necessário pagar aos bancos da Reserva Federal a parte dos juros cobrados pelo Tesouro sobre o dinheiro emprestado, o que permitiria aos bancos da Reserva Federal conservar a moeda não remunerada, caso contrário poderia resultar numa perda operacional para o banco da Reserva Federal.

Este último plano teria a vantagem de proteger o mercado obrigacionista da pressão de novas ofertas de títulos do Tesouro, numa altura em que é desejável preservar esse mercado para o financiamento governamental necessário para fazer face ao seu atual défice de funcionamento e apoiar a confiança dos desempregados até que os efeitos benéficos das medidas de emergência propostas sejam realizados.

Como alternativa ao programa de obras públicas auto-liquidáveis proposto, que permitiria responder mais rapidamente à emergência, apresento para consideração, sem recomendação, a sugestão do Sr. J. M. Daiger, que aparece na edição de Fevereiro da Harper's Magazine sob o título de "Confiança, Crédito e Dinheiro". Citando o seu artigo, ele diz:

Devemos estar preparados para pagar um preço político por uma acção rápida a fim de restaurar o dinheiro, o crédito e a confiança nos nossos bancos. A sugestão é que ofereçamos um incentivo a que a política bancária não consiga resistir com sucesso; nomeadamente, que o Governo Federal pague o "preço insignificante" de todas as falências bancárias, estatais e nacionais, desta última epidemia de 13 anos - pague aos depositantes dos bancos de custódia que falharam o montante líquido dos depósitos pendentes e assim restituir

este dinheiro à circulação ativa. O montante total dos depósitos envolvidos nas falências foi de aproximadamente \$5 mil milhões. A recuperação pelos depositantes foi, ou será, provavelmente metade deste montante. A maior parte deste já recebeu, quer através dos recetores dos bancos fechados, quer através de adiantamentos de outros bancos, ou, mais recentemente, através da Reconstruction Finance Corporation. Devemos, portanto, exigir uma emissão de obrigações de aproximadamente dois mil e quinhentos milhões de dólares para cobrir as perdas líquidas.

Este plano poderia ser financiado por uma emissão de moeda, tal como acima sugerido, como alternativa a uma emissão de obrigações, e toda e qualquer perda para os bancos da Reserva Federal por deterem esta moeda seria compensada pelo Departamento do Tesouro.

O plano do Sr. Daiger ao qual me refiro, eu modificá-lo-ia para cobrir apenas as perdas cobertas por falências bancárias durante a depressão, ou seja, durante os anos 1930, 1931, e 1932 e a parte necessária de 1933, até que esta legislação seja efetiva, o que reduziria substancialmente o custo para o governo. Se tal plano for adotado, a liquidação de todos os ativos, incluindo créditos sobre funcionários, diretores e acionistas de bancos fechados, deve ser entregue ao Controlador da Moeda para liquidação através de um departamento especial criado para o efeito.

O plano teria o mérito de ser politicamente popular. Muito rapidamente colocaria uma grande soma de dinheiro em circulação e nas mãos daquelas pessoas e comunidades que são, em geral, as que mais sofrem com os efeitos das falências dos bancos. Estabeleceria completamente a confiança, tiraria dinheiro do açambarcamento, tenderia a aumentar os preços e assim iniciar o necessário fluxo de crédito. Tudo isto, por sua vez, aumentaria grandemente o valor dos ativos tomados dos bancos fechados e facilitaria a sua liquidação, reduzindo assim as perdas num tal empreendimento.

Uma lei de garantia de depósitos bancários teria provavelmente de ser incorporada em tal lei, e tal lei teria de ser feita para cobrir todos os bancos pela razão de que se algum fosse excluído devido à incapacidade de cumprir certos requisitos, teria de fechar. Os bancos mais fortes do país, que não precisam do benefício de tal lei mas que obtêm o benefício da produção de riqueza do país - como um todo - deveriam ser obrigados a partilhar o seu custo proporcional, tendendo assim a igualizar o peso das perdas devidas a

falhas bancárias sobre a estrutura financeira do sistema como um todo. Cada banco deve ser avaliado numa percentagem necessária dos seus depósitos para fornecer e manter um adequado fundo para fazer face às perdas dos depositantes. A fim de não colocar um prémio sobre as más práticas bancárias, as regras e regulamentos necessários para a continuação dos benefícios do fundo devem ser gradualmente promulgados e aplicados ao longo dos próximos anos à medida que o setor se recupera, de modo a que com o tempo se desenvolva uma estrutura bancária mais forte como um muro de proteção em futuras depressões. Se os bancos não cumprissem os requisitos de elegibilidade após um pré-aviso de seis meses, seriam suspensos, o que significaria a sua liquidação e a utilização do fundo para evitar qualquer perda para os depositantes. A este respeito, é minha opinião que a estrutura bancária seria grandemente reforçada com a aprovação da lei Glass para o ramo bancário que reduz assim o custo para a estrutura bancária da manutenção do fundo de garantia dos depósitos.

Uma vantagem importante da legislação bancária proposta, além de evitar o açambarcamento e a má distribuição de depósitos nos bancos maiores, seria a eliminação do custo das obrigações de caução agora necessárias para garantir várias formas de fundos públicos e a libertação de obrigações do Estado, títulos municipais e obrigações de bancos agrícolas, que são agora utilizados para garantir a poupança postal e fundos do Estado. A libertação destes títulos seria útil para muitos bancos; a poupança postal desapareceria e estes fundos voltariam aos bancos onde são mais necessários para apoiar as necessidades financeiras das várias comunidades. A Poupança Postal tem vindo a aumentar a um ritmo espantoso, registando-se este aumento em grande parte nas regiões do país com maiores dificuldades bancárias, que na maioria dos casos são as regiões menos disponíveis para perder depósitos para o Sistema de Poupança Postal.

Senador KING. O seu plano bancário garante todos os depósitos bancários, que são hoje em dia de \$45 mil milhões ?

Sr. ECCLES. Apenas sob certas condições. Se for utilizada uma garantia bancária de depósitos, - e pode ser que sejamos forçados a ela, quer queiramos quer não, da forma como as coisas evoluíram, a fim de salvar a situação.

Senador SHORTRIDGE. Ou seja, o Governo Federal a garantir depósitos?

Sr. ECCLES. Ou patrocinar uma lei que criaria uma agência para esse fim. No entanto, há sempre este perigo nessa classe de coisas. Encoraja as más práticas e a má gestão. Pode impor-lhes um prémio, o que obviamente não queremos fazer, e se isso for feito deve haver regras e regulamentos para o bom comportamento dos bancos que exigem elegibilidade, e se não preencherem as condições de elegibilidade seriam suspensos após um pré-aviso, e o fundo seria utilizado para compensar qualquer perda.

Senador GORE. Pensa que um qualquer banco membro poderia ser excluído de um sistema de garantia?

Sr. ECCLES. Não; não penso isso. Não penso que nenhum Estado ou banco nacional deva ser excluído, porque se excluir algum isso comporta o seu colapso.

Senador GORE. O senhor levantou aqui uma questão, e a questão que sempre me intriga é como distinguir e tratar banqueiros honestos e competentes de uma forma e banqueiros desonestos e incompetentes de outra. Parece-me que qualquer esquema para garantir depósitos ignora essa diferença, e isso é um erro fundamental e vital. Simplesmente não se consegue contorná-lo.

Senador SHORTRIDGE. Será uma das funções do Governo Federal fazer essa tarefa?

O PRESIDENTE. Gostaria que a testemunha terminasse a sua declaração. A testemunha deve ser autorizada a dar o quadro completo para que o tenhamos diante de nós, e que depois lhe façamos quaisquer perguntas que desejemos fazer.

Sr. ECCLES. Número 3 é o plano de atribuição de apoios e produção.

O plano de loteamento, pelo menos por agora, deve limitar-se às nossas três principais culturas - trigo, algodão e suínos. Agora, eu gostaria de eliminar os suínos. Não está claro na minha mente sobre a praticabilidade do mesmo. Penso que envolve complicações na sua execução que podem derrubar todo o plano. Por isso, gostaria de sugerir o trigo e o algodão como sendo muito mais praticáveis. O seu objetivo seria aumentar os preços destes produtos pelo montante da tarifa, que atualmente é ineficaz devido ao excedente exportável, sendo o preço interno, portanto, determinado pelo preço mundial. Para o conseguir, é necessário controlo governamental, regulamentação e apoios. Contudo, o funcionamento do plano deve ser descentralizado tanto quanto possível, funcionando através das organizações agrícolas estaduais

que, por sua vez, trabalhariam através das organizações agrícolas locais, colocando assim a responsabilidade do sucesso do plano, tanto quanto possível, nas unidades locais, que são mais capazes de controlar a redução determinada da área e da produção. Este plano não colocaria de modo algum um encargo financeiro ao Governo, exceto o custo comparativamente pequeno necessário para uma regulação e controlo central adequados. E creio que já há muito encargo a ser gasto pelo Governo através do seu Departamento de Agricultura e outras agências para cuidar da supervisão necessária através de algum tipo de reorganização.

O aumento de preços provocado por este plano seria, evidentemente, pago pelos consumidores, mas a este respeito não seria diferente do efeito da tarifa sobre os preços dos produtos manufaturados e agrícolas em que a tarifa é agora eficaz para manter um preço interno mais elevado do que o preço mundial. Por outras palavras, o plano de atribuição interna, no seu funcionamento, poderia ser denominado de tarifa invertida. Se o nível de preços domésticos for mantido por uma tarifa sobre alguns dos nossos produtos agrícolas e a maioria dos nossos produtos manufaturados, então os preços dos nossos principais produtos agrícolas devem ser aumentados para um nível doméstico, tornando-se uma tarifa efetiva através de uma atribuição de produção ou plano semelhante; caso contrário, o equilíbrio e o equilíbrio necessários ao funcionamento do nosso sistema económico e, posso dizer, a velocidade do nosso dinheiro não pode ser mantida, e toda a estrutura de preços será mantida fora de ajustamento como resultado. A objeção ao plano de atribuição de produção é feita com base no facto de assim se aumentar o custo dos produtos por ele abrangidos para o consumidor, cujo poder de compra já se encontra próximo do ponto de desaparecimento. Não só fará isso, como tenderá a aumentar a estrutura de preços em geral, se atingir os resultados desejados.

Um aumento no preço do algodão provocará algum aumento no preço da lã, seda e fibras; um aumento no preço dos porcos - e claro que estou a eliminar os porcos aqui - tenderá a aumentar o preço de todos os outros produtos de carne; e do mesmo modo, um aumento no preço do trigo tenderá a aumentar o preço de outros produtos de cereais, já que todos os produtos competitivos são influenciados pelo preço do produto que é o mais barato.

Senador GORE. Qualquer aumento do poder de compra que desse ao agricultor através disto seria tirado em impostos, não seria?

Sr. ECCLES. Não. Através da velocidade, um aumento de mil milhões de dólares no preço do algodão e do trigo na fonte elevar-se-ia de dez para pelo menos quinze mil milhões de dólares em poder de compra.

Senador GORE. Se o fizesse.

Sr. ECCLES. Bem, assim seria, com base no registo do seu volume de negócios.

Senador GORE. Mas isso é em tempos diferentes destes.

Sr. ECCLES. Bem, claro, mas o senhor coloca este dinheiro nas mãos do agricultor através deste aumento do poder de compra, e está a chegar à fonte de produção de riqueza onde começa o poder de compra e onde começa a procura do consumidor. E com essa procura por parte do consumidor começa a sua velocidade, aumenta os seus preços, começa a criação de rendimentos que equilibrarão o seu Orçamento do Governo através da criação de rendimentos por parte de empresas e indivíduos.

Senador GORE. Estima-se que este plano interno irá tirar um milhar de milhões de dólares dos bolsos do consumidor e entregá-los ao agricultor. Já propôs dar meio milhar de milhões de dólares às cidades para fazerem compras. Posso segui-lo, se aumentar o preço dos tecidos de algodão e dos alimentos e depois tributar o povo e dar dinheiro ao povo para o comprar; posso ver como conseguir que as coisas corram dessa forma.

Sr. ECCLES. É isso mesmo.

Senador SHORTRIDGE. Deixe-me interromper para fazer uma pergunta, Sr. Presidente.

O PRESIDENTE. Sim.

Senador SHORTRIDGE. Quando fala do agricultor, parece limitar a palavra "agricultor" ao criador de dois produtos - trigo e algodão?

Senador KING. Não; apenas para o plano de loteamento, mas não para os benefícios a serem derivados deste aumento da produtividade e da circulação do dinheiro, e do poder de compra.

Sr. ECCLES. Eu explico. O efeito do aumento dos preços agrícolas em geral trará um aumento do poder de compra aos que se dedicam à agricultura, o que servirá para aumentar a procura de todos os tipos de produtos manufaturados, aumentando assim o emprego, os salários e o rendimento geral num grau muito maior do que o aumento do custo dos produtos agrícolas

consumidos. E eu acabei de explicar a velocidade. Lacticínios, e produtos avícolas, frutas, arroz, vegetais, e todos os outros produtos agrícolas, que seria impraticável cobrir pelo plano de loteamento, aumentariam de preço com o aumento do consumo provocado pela melhoria do poder de compra de toda a nossa agricultura, bem como da nossa população industrial.

Senador SHORTRIDGE. Estou a ver a teoria.

Sr. ECCLES. O custo dos produtos manufaturados é atualmente ligeiramente superior à média dos 4 anos anteriores à guerra, enquanto que o custo de todos os produtos agrícolas é aproximadamente metade da média dos 4 anos anteriores à guerra. O plano de loteamento doméstico tenderia a equilibrar estes dois importantes fatores económicos. O que é absolutamente necessário para se ter prosperidade.

Senador SHORTRIDGE. No entanto, nenhum governo na terra, alguma vez empreendeu um plano deste tipo, pois não? Nenhum governo reconhecido desde o tempo do Faraó?

Sr. ECCLES. Os pequenos países da Europa, Dinamarca, Holanda, penso que a Bélgica - eles operam num plano semelhante.

Senador SHORTRIDGE. Sobre um plano de loteamento?

Sr. ECCLES. Sim.

Senador SHORTRIDGE. Muito bem, se assim o diz.

Sr. ECCLES. O plano de atribuição pode estar muito longe de uma solução perfeita para o problema da exploração agrícola, mas algo deve ser tentado. O nosso progresso atualizado em cada campo é o resultado da experimentação, tentativa e erro. O plano de loteamento pode precisar de ser alterado ou modificado de tempos a tempos, mas isso pode ser feito conforme a experiência determinar. Creio que alguma forma do plano de atribuição é necessária como medida permanente, desde que uma política tarifária esteja em vigor neste país. O plano de atribuição não é mais artificial do que a tarifa, o sistema monetário e todas as operações reguladoras do Governo. Todo o nosso sistema económico, no mesmo sentido, é artificial e tem de continuar a ser necessário, a menos que regressemos a uma sociedade primitiva.

4. REFINANCIAMENTO DE HIPOTECAS AGRÍCOLAS

O plano de atribuição, para ser eficaz, deve ser imediatamente seguido de um refinanciamento das hipotecas agrícolas numa enorme escala e a longo prazo a uma taxa de juro baixa. A gravidade do problema da hipoteca agrícola é evidenciada pelas greves dos agricultores em todas as partes do país, sendo as moratórias concedidas à força e sendo a legislação destinada a aliviar os devedores proposta em cada Estado agrícola. Como forma de resolver este problema, tenho o seguinte a sugerir:

Aumentar o âmbito e a dimensão dos bancos federais agrícolas de modo a permitir-lhes assumir hipotecas até um montante de, digamos, \$5 mil milhões; este montante pode ser aumentado se as condições o justificarem.

Senador SHORTRIDGE. Com isso quer dizer refinanciamento das hipotecas existentes ou fazer novos créditos ?

Sr. ECCLES. Apenas as hipotecas já existentes. Compreendo que atualmente a dívida hipotecária agrícola total dos Estados Unidos está algures entre \$8 mil milhões e \$9 mil milhões; deste montante, aproximadamente mil e quinhentos milhões de dólares é agora detido pelos bancos federais agrícolas fundiários, 500 milhões de dólares pelos bancos agrícolas por ações e 750 milhões de dólares pelas companhias de seguros, e o resto pelas companhias hipotecárias privadas, bancos e indivíduos.

As atuais hipotecas detidas pelos bancos agrícolas devem ser reembolsadas numa base amortizada ao longo de um período de 40 anos. Um pagamento anual de 5% do montante do capital da hipoteca refinanciada permitiria 3% para juros, sete décimos de 1% para despesas e perdas, e reformaria a hipoteca em 40 anos. Para o efeito, as obrigações existentes dos bancos federais agrícolas, que agora têm uma taxa de juro de 4 a 5%, deveriam ser reembolsadas com base numa obrigação de 3% e, como contrapartida da taxa de juro reduzida, estas obrigações deveriam ser garantidas pelo Governo Federal e deveriam ser tornadas elegíveis numa base de obrigações a pagar nos bancos da reserva federal.

As hipotecas detidas fora dos bancos agrícolas federais por outras agências devem ser assumidas em troca de títulos dos bancos agrícolas federais, tal como descrito acima. Ao assumir estas hipotecas, todos os juros não pagos deveriam ser anulados até e incluindo o momento em que esta legislação proposta pudesse ser operacionalizada, o que eu sugeriria que fosse 1 de Julho de 1933. Seria igualmente necessário que os atuais titulares de hipotecas depreciassem o montante do capital das suas hipotecas nos casos

em que o montante seja excessivo com base numa estrutura normal de preços de produtos agrícolas, ou quando se trate de terrenos marginais que não possam ser explorados de forma rentável. Neste último caso, o empréstimo não deve ser tomado a cargo, mas tal propriedade deve ser alugada por alguma agência do Governo Federal e retirada da produção.

Os preços atuais dos produtos agrícolas não devem ser uma base para o refinanciamento de hipotecas agrícolas, porque nessa base todo o esquema não daria nem o apoio desejado aos agricultores nem aos detentores das hipotecas. O desconto agregado obtido sobre as hipotecas existentes deve ser limitado, caso contrário as instituições financeiras agora detentoras não poderiam absorver a perda sem que se verifique um desastre e, conseqüentemente, não fariam a troca por títulos do banco agrícola federal, em que os mutuários agrícolas não receberiam o apoio necessário e todo o plano não conseguiria alcançar os resultados desejados.

Na operação de reembolso proposta pela banca federal agrícola, todos os impostos e pagamentos de capital em mora devem ser incluídos no montante de capital da hipoteca refinanciada, devendo o primeiro pagamento ser efetuado no Outono de 1934. Isto é muito necessário para que os interesses agrícolas possam ter os benefícios do produto da sua produção de 1933 para adquirir a vasta quantidade de bens de consumo de todos os tipos de que tanto necessitam. Com o aumento dos preços através dos efeitos do plano de atribuição, este poder de compra seria um tremendo fator de revitalização de todo o tipo de indústria e contribuiria em muito para o restabelecimento da atividade económica em geral e para o aumento do emprego em todos os campos.

Atualmente, as hipotecas agrícolas são possivelmente as mais indesejáveis e desagradáveis de todos os empréstimos, e os empréstimos desagradáveis impedem, até certo ponto, a necessária expansão do crédito. O plano que propus irá, de forma muito eficaz e imediata, tornar líquidos milhares de milhões de dólares de ativos para os quais há 110 mercados hoje em dia, ao mesmo tempo que irá trazer uma redução de pelo menos um terço da média dos pagamentos anuais da dívida agrícola agora exigidos aos devedores de hipotecas agrícolas, sem requerer qualquer financiamento ou perda por parte do Governo Federal, trazendo assim o apoio necessário no campo das hipotecas agrícolas. Este plano tem a vantagem, como resultado da garantia governamental das obrigações do Banco Federal agrícola, de desviar os fundos excedentes transportados nas grandes regiões credoras para o

financiamento indireto das hipotecas agrícolas onde é impossível, mesmo a uma taxa de juro elevada, que os agricultores não podem pagar, atrair diretamente esses fundos.

A combinação do plano de atribuição e do plano de refinanciamento da hipoteca agrícola proporcionará, de forma eficaz, um sólido programa de apoio à agricultura, poupando assim toda a nossa indústria agrícola ao que de outra forma seria provavelmente um colapso geral, e ao mesmo tempo expandindo grandemente o poder de compra de toda a nossa população agrícola, contribuindo assim para o renascimento da indústria.

5. DÍVIDAS INTERALIADOS

Nenhum programa concebido para tirar este país da depressão pode ser considerado à parte das relações deste país com o resto do mundo, a menos que seja adotada uma política de isolamento total e que seja imposto um embargo às exportações de ouro e que a nossa economia interna seja ajustada para satisfazer tal condição.

Os nossos problemas internacionais são muito mais difíceis e demorarão muito mais a resolver devido à nossa incapacidade de controlar a ação de outras nações. Estes problemas só podem ser resolvidos através de conferências internacionais ao longo de um período de tempo. O mais importante destes problemas é aquele que tem de ser resolvido antes de qualquer progresso na reunião dos nossos problemas internos ou de outros problemas estrangeiros é o problema das dívidas interaliados .

Há uma grande pressão por parte do público e da maioria da imprensa deste país para que estas dívidas sejam pagas. Parece-me que os nossos dirigentes políticos não tiveram a coragem de enfrentar este problema de uma forma realista. Isto tem contribuído grandemente para prolongar a depressão. O público, em geral, não está plenamente informado sobre a impossibilidade de os nossos devedores estrangeiros cumprirem estas exigências, que só podem ser cumpridas à custa do nosso próprio povo.

Senador SHORTRIDGE. Aqui está mesmo correto. Conheço um país que falhou um determinado pagamento e no próprio dia em que falhou nas suas obrigações, emprestou uma quantia igual a outro país.

Sr. ECCLES. Isso é verdade.

Senador KING. Permita-me dizer, Senador, que a Liga das Nações instou aquele país a que se referiu, a França, e a Grã-Bretanha, e vários outros países, a fim de salvar o outro país da falência e do caos que se teria propagado a outros países, a conceder crédito para salvar não só o país em questão, mas realmente para ajudar a Europa, e a França patrioticamente e, penso eu, devidamente, juntou-se ao consórcio e fez parte do empréstimo. Não falamos das outras nações que se juntaram ao consórcio para fazer o empréstimo.

Senador SHORTRIDGE. Bem, então eu poderia citar outra nação que incumpriu e gastou uma soma muito superior ao montante que nos era devido a partir de uma certa data, gastou-a desnecessariamente em preparativos de guerra.

Senador KING. Haverá aí uma diferença de opinião, e não nos servirá de nada discuti-la agora, nesta altura.

Sr. ECCLES. Explicarei no próximo ponto que estou a apresentar.

Senador GORE. Havia outro país disposto a pagar e foi desencorajado de pagar, e chamaram os representantes que manifestaram vontade de pagar. Eles não queriam que ele pagasse porque criava um mau precedente para estes outros países.

Senador SHORTRIDGE. Eles não queriam pagar.

Sr. ECCLES. É elementar que as dívidas entre nações podem ser pagas apenas em bens, ouro, ou serviços, ou uma combinação dos três. Já temos mais de 40% do ouro disponível do mundo - isso não é verdade; é entre 35 e 40 por cento - e como resultado a maioria dos antigos países do padrão ouro foram forçados a deixar esse padrão e a inflação sobre a sua moeda foi o resultado.

Isto reduziu consideravelmente o custo de produção de bens estrangeiros em termos do nosso dólar e tornou quase impossível aos países estrangeiros comprar bens americanos devido ao elevado preço do nosso dólar medido no valor depreciado das suas moedas. Isto resultou naturalmente em devedores que tentam cumprir as suas obrigações produzindo e vendendo mais do que compram, permitindo-lhes assim ter um equilíbrio de comércio favorável necessário para cumprir as suas obrigações para connosco. Se este país pretende receber o pagamento de dívidas estrangeiras, deve comprar e consumir mais do que produz, criando assim uma balança comercial favorável aos nossos devedores.

A fim de evitar isto e reduzir a pressão dos bens estrangeiros no mercado americano, foi construído um elevado muro tarifário e ouvimos agora pedidos de todos os lados para um novo aumento desta tarifa devido aos efeitos das moedas depreciadas na nossa estrutura de preços. É, portanto, evidente que esta pressão sobre os nossos mercados por bens provenientes de países estrangeiros seria grandemente reduzida se o peso da dívida fosse levantado sobre os nossos devedores estrangeiros, permitindo assim que os nossos preços, bem como os seus próprios, subissem.

Devemos escolher entre aceitar bens estrangeiros suficientes para pagar as dívidas externas devidas ao nosso país, ou cancelar as dívidas. Isto não é um problema moral, mas um problema matemático. Os devedores estrangeiros, sem dúvida, teriam todo o prazer em pagar as suas dívidas a este país se nós lhes permitirmos fazê-lo, reduzindo a nossa tarifa e aceitando os bens que têm para nos vender.

Ninguém seria tão beneficiado pela anulação destas dívidas estrangeiras devidas ao nosso governo como a agricultura e a mão-de-obra americanas. Uma parte relativamente pequena da nossa população compensaria esta perda para o Tesouro através do pagamento do imposto sobre o rendimento e do imposto sucessório que se tornaria produtivo com o relançamento da atividade económica.

O cancelamento, ou um acordo sobre a liquidação das dívidas numa base que praticamente equivaleria ao cancelamento, em troca da estabilização da moeda dos devedores, juntamente com certas concessões comerciais e um acordo para reduzir o armamento, seria um pequeno preço a pagar por este país em comparação com os grandes benefícios que o mundo inteiro, incluindo nós próprios, daí retiraria. Com uma estabilização das moedas estrangeiras será difícil, se não impossível na minha opinião, aumentar substancialmente o nível de preços neste país enquanto nos mantivermos numa base de padrão ouro. Os nossos devedores entrariam em incumprimento e seriam provavelmente forçados a abandonar o ouro e a desvalorizar a sua moeda em relação à de outros países, a fim de aumentar o nosso nível de preços neste país e de enfrentar a concorrência estrangeira, a menos que sejamos decisivos a induzir os países estrangeiros a estabilizar as suas moedas numa base de ouro, ou numa base de ouro e prata, se forem tomadas medidas a nível internacional para remonetizar a prata. Aqui não estou em desacordo com o Sr. Ferry.

Senador SHORTRIDGE. Permita-me interrompê-lo aqui mesmo. Temos obrigações pendentes, obrigações que vencem juros no valor de cerca de quanto agora?

Senador KING. Cerca de \$21 mil milhões.

Senador SHORTRIDGE. Conhece alguma forma de podermos cancelar ou de nos livrarmos do pagamento do que devemos?

Sr. ECCLES. Bem, como é que vai cobrar o que os países estrangeiros devem?

Senador SHORTRIDGE. Concedo-lhe que não temos força policial.

Sr. ECCLES. Eles estão dispostos a pagar se aceitarmos mercadorias.

Senador KING. E serviços.

Sr. ECCLES. Os bens ou serviços são a forma de conseguir o pagamento das suas dívidas.

Senador SHORTRIDGE. Então presumo que teria as tarifas reduzidas?

Sr. ECCLES. Não. As dívidas canceladas. Então, penso que com a prosperidade que obteria neste país, poderá cobrar mais do que isso em impostos sobre rendimentos e sucessões, quando parar esta perda de mais de \$2 mil milhões por mês através do desemprego. Inicia-se o processo de riqueza, e mesmo um capitalista ficará muito "melhor". Eu sou um capitalista.

Senador SHORTRIDGE. Bem, sou capitalista. Mas eu estou na base do padrão ouro.

Sr. ECCLES. Poderíamos, como alternativa, aumentar ainda mais o nosso muro tarifário, colocar um embargo ao ouro e viver inteiramente dentro de nós próprios.

O programa que propus é, em grande parte, de natureza de emergência, concebido para nos levar a uma rápida recuperação económica. No entanto, quando a recuperação da economia é atingida acredito que para evitar futuras depressões desastrosas e sustentar uma prosperidade equilibrada, será necessário durante os próximos anos que o Governo assuma um maior controlo e regulação de todo o nosso sistema económico. Deve haver uma distribuição mais equitativa da produção de riqueza, a fim de manter o poder de compra num maior equilíbrio com a produção.

Para tal, deveria haver uma unificação do nosso sistema bancário sob a supervisão do banco de reserva federal, a fim de controlar mais eficazmente

todo o nosso sistema monetário e de crédito; é essencial um elevado imposto sobre rendimentos e sucessões para controlar as acumulações de capital (esta divisão de impostos deveria ser deixada unicamente ao governo central - o imposto sobre bens imóveis e o imposto sobre vendas deixado aos Estados); deve haver leis nacionais sobre trabalho infantil, salário mínimo, seguro de desemprego e pensões de velhice (tais leis deixadas ao critério dos Estados apenas criam confusão e não podem satisfazer a situação a nível nacional a menos que leis semelhantes e uniformes sejam aprovadas por todos os Estados ao mesmo tempo, o que é improvável); todas as novas emissões de capital oferecidas ao público e todos os financiamentos estrangeiros devem receber a aprovação de uma agência do Governo Federal; este controlo deve também estender-se a todos os meios de transporte e comunicação de modo a assegurar o seu funcionamento no interesse público. Um conselho de planeamento nacional, semelhante ao conselho das indústrias durante a guerra, é necessário para a coordenação adequada das atividades públicas e privadas do mundo económico.

Medidas como as que propus podem assustar os nossos cidadãos que sejam ricos. Contudo, devem sentir-se tranquilos ao refletirem sobre a seguinte citação de um dos nossos principais economistas:

"É absolutamente impossível, como este país tem demonstrado repetidas vezes, os ricos arrecadarem tanto quanto sempre tentaram arrecadar, nada deixando ficar para os outros que valha a pena. Podem acumular e manter em resguardo fábricas paradas, carruagens de comboio sem préstimo, edifícios de escritórios vazios e bancos encerrados; podem guardar comprovativos em papel de empréstimos estrangeiros; mas enquanto classe nada deixarão restar que valha a pena, para além do montante que é tornado rentável pelo aumento das compras dos consumidores. É do interesse dos ricos - para os proteger dos resultados da sua própria loucura - que retiremos dos seus excedentes o montante bastante para que os consumidores possam consumir e os negócios possam funcionar a gerar lucros."

Estou a falar de atividade económica em tempos normais

Senador SHORTRIDGE. Quem disse isso?

Sr. ECCLES. Stuart Chase, penso eu. Ele é economista. Ou Foster. Não tenho a certeza qual deles.

Isto não é "fazer imergir os ricos"; é salvar os ricos. A propósito, é a única forma de lhes garantir a serenidade e segurança que não têm no momento presente.

Senador KING. Esta é uma bela afirmação.

Senador SHORTRIDGE. Gostaria de fazer uma pergunta, Sr. Presidente, para minha própria informação, e que diz respeito ao chamado plano de atribuição ou de loteamento. Será que isso contempla a retirada de todas as terras de trigo arável do cultivo?

Sr. ECCLES. O plano de loteamento, tal como o entendo, consiste em fazer duas coisas: Controlar a área que controla a produção e estabelecer um preço com base num nível doméstico e não com base num nível estrangeiro.

Senador SHORTRIDGE. Este plano de loteamento contempla a retirada do cultivo de terras de trigo arável? É assim, não é?

Sr. ECCLES. Não penso assim. Pelo menos não é o que eu tenho em mente.

Senador SHORTRIDGE. Os mineiros, os ferreiros, os carpinteiros, os pintores, os instaladores de gás, a mão-de-obra qualificada em cem ramos organizaram-se em sindicatos e o seu objetivo é totalmente digno. Eles procuram controlar os seus salários e as horas de trabalho. Pergunto: Houve algum esforço entre os homens do trigo de um determinado Estado para se organizarem e regularem, e, se assim for, retirarem as terras de trigo arável do cultivo, reduzindo assim a produção com o objectivo de evitar um excedente de trigo, e consequentemente um melhor preço para o que é obtido na colheita e colocado no mercado? Pergunto-me se os produtores de trigo ou os próprios produtores de algodão não se organizaram, por favor, de forma semelhante?

O PRESIDENTE. Fala-se disso há 50 anos, e eles nunca o conseguiram fazer, por isso não sei se são capazes de o fazer agora ou não.

Senador GORE. Li um poema não há muito tempo escrito no início dos anos setenta sobre esse ponto.

Senador KING. Muito obrigado pelo seu testemunho.

Senador GORE . Quero fazer-lhe uma ou duas perguntas para que fique registado, que ilustra a minha opinião e penso que ilustra a tendência da sua filosofia. Diz que acha que o plano de atribuição interna ou loteamento deveria ser limitado ao trigo e ao algodão?

Sr. ECCLES. Devido à dificuldade de o tornar praticamente aplicável aos vegetais, diremos, e às frutas e afins.

Senador GORE . Teria então em conta as dificuldades práticas?

Sr. ECCLES. Sim.

Senador GORE. O trigo e o algodão são os pilares de toda a nossa estrutura agrícola; essa é a razão, não é?

Sr. ECCLES. Essa é uma das razões. É claro que o gado é um fator muito importante.

Senador GORE. O projeto de lei como foi originalmente projetado na Câmara, limitava-se ao trigo e ao algodão, mas quando o consideraram, precisaram de votos. E outros interesses exerceram pressão sobre a comissão. Acrescentaram, creio eu, o tabaco na comissão. Acrescentaram no comité as matérias gordas butíricas, porque a indústria leiteira neste país está fortemente organizada entre os agricultores. Tiveram de ceder a isso, quer fosse prático ceder ou não. Levaram o projeto de lei à Câmara e os amendoins entraram por maioria de 1 voto na Câmara. Estes tipos do amendoim querem amendoins nesse esquema. Eles não querem ser deixados de fora.

Diz que os nossos melhores esforços para apoiar e ajudar foram um fracasso, e eu penso que tem razão. Mas será que já lhe ocorreu que, tendo em conta estes fracassos passados e em consonância com isso, que talvez todos estes esquemas governamentais sejam narcóticos e que quanto mais se toma mais se tem de tomar no futuro para obter a mesma reação e os mesmos resultados?

Sr. ECCLES. Penso que uma de duas coisas é inevitável: Que ou temos de correr o risco de enfrentar este problema do desemprego e este problema do baixo preço, ou vamos ter um colapso da nossa estrutura de crédito, o que significa um colapso do nosso sistema capitalista, e começaremos então de novo. E, portanto, gostaria que tentássemos regular e fizéssemos funcionar a nossa economia que, devido à total interdependência de hoje em dia em comparação com tempos passados, requer mais ação a partir do topo. Temos vindo a derivar neste país para uma forma de coletivismo em muitas linhas de atividade económica, quando se considera as nossas grandes empresas e organizações agrícolas.

Senador GORE. Deixe-me perguntar-lhe isto. Não pretendo que se gaste muito tempo com isto. Mas diz-me que a nossa estrutura de crédito está em

perigo. E eu penso que está. Penso que a nossa desgraça resulta em grande parte de um excesso de crédito. A sua proposta parece ser que para o uso excessivo do crédito utilizemos mais crédito. Não será isso verdade?

Sr. ECCLES. Não; isso não é verdade.

Senador GORE. Parece que cada esquema que sugeriu era para que o Governo adiantasse dinheiro a alguém.

Sr. ECCLES. O senhor tem de cuidar dos desempregados ou vai ter uma revolução neste país. No outro dia, em Salt Lake City, teve uma ilustração do que ocorre.

Senador GORE. O senhor notou que em Seattle os rapazes atacaram e queriam gasolina. Eles precisavam de gasolina.

Sr. ECCLES. Quando houver desempregados suficientes, controlarão o Governo e mudarão o nosso atual sistema político, social e económico.

Senador GORE. Aí está o problema. E esse é o perigo aqui. Eles exerceram pressão na Câmara para que o tabaco, a gordura de manteiga e os amendoins fossem incluídos neste loteamento interno. Organizam-se desempregados suficientes neste país e não há travões que se possam pôr no vosso esquema. Esta é a história de Roma. A doação destruiu Roma. Vai destruir a Inglaterra e a França e a Alemanha e este país.

O PRESIDENTE: Agradecemos a sua declaração, Sr. Eccles. A comissão permanecerá em suspensão até às 2 horas, altura em que nos reuniremos em sessão executiva, após o que teremos uma sessão de abertura.